



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



Processo nº 10380.011714/2006-73
Recurso Voluntário
Acórdão nº 2201-005.592 – 2ª Seção de Julgamento / 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 09 de outubro de 2019
Recorrente STELA MARIA MORAES CAVALCANTE
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)

Ano-calendário: 2001

OMISSÃO DE RENDIMENTOS. CARACTERIZAÇÃO. NATUREZA JURÍDICA.

Deve ser oferecido à tributação o adicional de risco ou adicional de periculosidade, que, independentemente da nomenclatura recebida, é renda oriunda do produto do trabalho e, portanto, ajusta-se ao campo de incidência do Imposto de Renda, não havendo, de outro lado, previsão de isenção na legislação que rege a matéria.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao recurso voluntário para reduzir o imposto devido original para R\$ 24.588,33.

(documento assinado digitalmente)

Carlos Alberto do Amaral Azeredo - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Daniel Melo Mendes Bezerra - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Daniel Melo Mendes Bezerra, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim, Francisco Nogueira Guarita, Douglas Kakazu Kushiya, Débora Fófano dos Santos, Sávio Salomão de Almeida Nóbrega, Marcelo Milton da Silva Risso e Carlos Alberto do Amaral Azeredo (Presidente).

Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário contra acórdão da Delegacia Regional de Julgamento (DRJ) em Recife, que julgou o lançamento procedente.

Reproduzo o relatório da decisão de primeira instância por bem retratar os fatos:

Contra a contribuinte identificada nos autos foi lavrado Auto de Infração sobre o Imposto de Renda Pessoa Física, fls. 03/10, relativo ao ano-calendário de 2001, exercício 2002, para exigência de imposto de renda pessoa física de R\$ 33.971,65,

acrescido da multa de ofício de 75% e juros de mora. O total do crédito tributário é R\$ 85.951,66.

A infração imputada ao contribuinte está assim relatada na Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal, fls. 04/06:

001 - RENDIMENTOS RECEBIDOS DE PESSOAS JURÍDICAS

OMISSÃO DE RENDIMENTOS DO TRABALHO COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA

O contribuinte não incluiu, como Rendimento Tributável, na Declaração de Rendimentos de Imposto de Renda Pessoa Física do Exercício de 2002, ano-calendário 2001-DIRPF/2002, o valor de R\$ 143.708,58, que corresponde a rendimentos recebidos da Companhia Docas do Ceará, pessoa jurídica da qual era funcionário, em decorrência de decisão judicial referente ao Processo N°0351/96, da 5ª Vara do Trabalho de Fortaleza, a título de "Adicional de Risco" de que cuida o art. 14, da Lei N° 4.860/65, conforme consta em cópia anexa da citada decisão judicial ("Ata de Audiência do Processo N°0351/96", realizada pela 5ª Junta de Conciliação e Julgamento de Fortaleza, do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, da Justiça do Trabalho), o qual, portanto, pela sua natureza de remuneração do trabalho, é considerado como Rendimento Tributável.

Através de Diligência realizada na Companhia Docas do Ceará, a qual foi intimada a informar, dentre outros dados, o valor que cada integrante do citado processo teria recebido a título de "Adicional de Risco" e o valor de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, foi informado a esta fiscalização: o valor que o contribuinte fiscalizado recebeu em decorrência da decisão judicial, após acordo firmado, entre as partes envolvidas, correspondente a 80% (oitenta por cento) do valor total que consta na Ação Judicial; que não houve retenção de IRRF; e que os valores foram repassados ao SINDEPOR, que seria o responsável pelo repasse a cada um dos funcionários envolvidos nesse processo.

De posse desta informação, através do competente Termo de Início de Fiscalização, cuja ciência ocorreu via postal em 07/10/2006, conforme Aviso de Recebimento - AR, foi o contribuinte fiscalizado intimado a apresentar documentação que comprovasse e justificasse a não inclusão do valor de R\$ 143.708,58, como Rendimento Tributável, na DIRPF/2002.

Apresentou em 13/10/2006 a documentação que anexamos ao presente auto de infração, na qual não consta justificativa da não inclusão do referido rendimento como Rendimento Tributável.

O contribuinte alega em sua resposta três pontos:

que os rendimentos recebidos, a título de "Adicional de Risco", não seriam tributáveis por terem caráter indenizatório;

que não lhe foi repassado, pelo SINDEPOR, o valor total do acordo realizado entre o sindicato e a Companhia Docas do Ceará, referente aos 80% (oitenta por cento), pago pela Companhia Docas do Ceará;

que, mesmo que os rendimentos fossem tributáveis, o responsável pelo pagamento seria a Companhia Docas do Ceará e não ele, conforme especificado no Ofício n° 744/2002/DRF/FOR, datado de 31/10/2002, expedido pela Delegada da Receita Federal em Fortaleza-Ce.

Com relação ao primeiro ponto, temos a informar que:

conforme demonstrado no Ofício n° 744/2002/DRF/FOR, expedido pela Delegada da Receita Federal em Fortaleza-CE, em resposta ao OFÍCIO N° 375/2002 do EXM° SENHOR JUIZ DA 5ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA, no processo judicial citado, cópia anexada pelo próprio contribuinte em sua resposta, o rendimento referente ao "Adicional de Risco" é um rendimento tributável, sujeito à Tabela

Progressiva do Imposto de Renda Pessoa Física e, portanto, sujeito ao Ajuste Anual na Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF);

segundo o que consta na Lei nº 4.860, de 26/11/1965, que dispõe sobre o regime de trabalho nos portos organizados, que instituiu no art.14 o "Adicional de Risco" recebido pelo contribuinte, tal adicional tem a finalidade de remunerar os riscos relativos à insalubridade, periculosidade e outros porventura existentes, e só é recebido por quem está em atividade no trabalho, ou seja, por quem trabalha, sendo assim uma remuneração do trabalho, só que a maior em decorrência de algumas circunstâncias, sendo, portanto, um rendimento tributável;

na decisão citada anteriormente ("Ata de Audiência do Processo Nº 0351/96", realizada pela 5ª Junta de Conciliação e Julgamento de Fortaleza, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, da Justiça do Trabalho), na parte correspondente à resolução, o Juiz notificou a reclamada (Companhia Docas do Ceará) a reter e recolher o Imposto de Renda devido a Receita Federal, conforme texto a seguir transcrito: "FICA A RECLAMADA NOTIFICADA QUE DEVERÁ EFETUAR O CALCULO, AS DEDUÇÕES E A SUBSEQUENTE ARRECADAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS A PREVIDÊNCIA SOCIAL(INSS), NA FORMA DO ART. 30, DA LEI Nº 8.212, DE 24.07.91, COM AS MODIFICAÇÕES DA LEI Nº 8.620, DE 05.01.93, BEM COMO A RETENÇÃO E RECOLHIMENTO DO IMPOSTO DEVIDO A RECEITA FEDERAL (IMP. DE RENDA), NA FORMA DO ART. 46, DA LEI Nº 8.541, DE 23.12.92, COMPROVANDO REFERIDOS RECOLHIMENTOS QUANDO DO PAGAMENTO E QUITAÇÃO DA PARTE LIQUIDA DEVIDA AO RECLAMANTE, EM FACE DOS DIREITOS RECONHECIDOS NESTE JULGADO.";

consta no processo judicial, efetuado pela Diretoria do Serviço de Cálculo de Liquidação Judicial, o cálculo do Imposto de Renda que deveria ter sido retido do contribuinte, na ocasião do pagamento do rendimento, pela Companhia Docas do Ceará, e pago à Secretaria da Receita Federal.

Com relação ao segundo ponto, temos a informar que, conforme consta na Ação Judicial, a Companhia Docas do Ceará pagou para o contribuinte o valor acordado, 80% (oitenta por cento) do valor total da Ação Judicial, o qual foi repassado ao sindicato, autor da ação, que seria o responsável pelo repasse a cada um dos envolvidos. Se ao contribuinte não foi repassado, pelo sindicato, o total pago pela Companhia Docas do Ceará, não houve comprovação por parte do contribuinte, principalmente se tal valor, não recebido, teria sido aplicado em despesas judiciais necessárias ao recebimento do rendimento. Inclusive, com objetivo de apurar as despesas efetuadas pelo contribuinte com Custas Judiciais, necessárias ao recebimento do rendimento, para que tais valores pudessem ser abatidos do rendimento pago pela Companhia Docas do Ceará, foi ainda realizada Diligência junto ao Sindicato, autor da Ação Judicial, o qual também não apresentou na resposta comprovação dos valores.

Com relação ao terceiro ponto, que, no nosso entendimento, parece ser o outro ponto crucial das questões aqui tratadas, depois de considerado que o rendimento é tributável, e que não está especificado nem na Decisão Judicial, nem no 744/2002/DRF/FOR, por não ser oportuno na ocasião, temos a informar que:

a Companhia Docas do Ceará, na ocasião do pagamento de rendimento, deveria ter efetuado a retenção do Imposto de Renda;

apesar da Companhia Docas do Ceará, ter descumprido, tanto a notificação do Juiz, como o que consta no Ofício nº 744/2002/DRF/FOR, da Delegada da Receita Federal em Fortaleza-Ce, em não reter o Imposto de Renda na ocasião do pagamento, a responsabilidade final pelo pagamento do Imposto de Renda, é do contribuinte, ou seja, é de quem recebeu a renda, no caso, o contribuinte ora fiscalizado;

se a Companhia Docas do Ceará tivesse retido o imposto, o contribuinte também seria quem o teria pago, pois o mesmo teria sido subtraído do rendimento total a ser recebido;

se a Companhia Docas do Ceará, tivesse retido o imposto, na ocasião do pagamento do "Adicional de Risco", o contribuinte teria recebido um rendimento menor e poderia lançar na Declaração (DIRPF) o valor retido, como imposto pago antecipadamente, antes da realização do Ajuste Anual, que se dar na ocasião da elaboração da declaração anual do Imposto de Renda Pessoa Física, mas quem teria pago o imposto teria sido também o contribuinte;

e mesmo não havendo a retenção pela fonte pagadora, como foi o caso em questão, o contribuinte teria que ter oferecido à tributação, na DIRPF/2002, na ocasião do Ajuste Anual, que se dar na elaboração da declaração anual do Imposto de Renda Pessoa Física, o rendimento recebido a título de "Adicional de Risco" e pago o imposto apurado;

f) o contribuinte, independentemente do procedimento da Companhia Docas do Ceará, teria que ter oferecido à tributação o rendimento recebido, na ocasião da elaboração da Declaração Anual de Ajuste, ocasião em que o contribuinte apura se ainda resta Imposto a pagar ou imposto a ser restituído. (Atos normativos complementares: PN Cosit nº 324, de 1971; PN Cosit nº 353, de 1971; PN Cosit nº 59, de 1972; PN Cosit nº 1, de 2002.)

Cabe ressaltar ainda que, caso a fonte pagadora, no caso a Companhia Docas do Ceará, tivesse assumido o ônus do imposto devido pelo contribuinte, o rendimento deveria ser oferecido à tributação pelo valor reajustado e o imposto compensado na declaração (DIRPF) (RIR/99 - art.725).

Assim, procedemos à inclusão do rendimento, pago e informado pela Companhia Docas do Ceará, como Rendimento Tributável e foi, então, efetuado o lançamento de ofício.

Fato Gerador Valor Tributável ou Imposto Multa(%)

31/12/2001 R\$123.533,25 75,00

Os dispositivos legais infringidos e a penalidade aplicável encontram-se detalhados às fls. 07 e 09 do presente processo.

Inconformada com a exigência, da qual tomou ciência em 30/11/2006, fls. 81, a contribuinte apresentou impugnação em 29/12/2006, fls. 82/87, por meio de instrumento procuratório, fls. 88, apresentando as alegações a seguir, parcialmente, transcritas:

DO NÃO RECEBIMENTO TOTAL DOS VALORES INDICADOS NA AUTUAÇÃO

Em que pese a Cia Doca ter repassado integralmente ao SINDEPOR o valor fixado no Instrumento de Acordo firmado perante o TRT da 7ª Região, o (a) declarante somente recebeu 78,75% da quantia que lhe cabia na Reclamação Trabalhista 351/96 da 5ª Vara do Trabalho.

Assim sendo o rendimento expresso na autuação (R\$ 123.533,25) e que serviu de base de cálculo para a exigência do tributo, está em desacordo com a realidade fática (R\$ 97.282,44), circunstância que exige um reparo por parte do fisco, uma vez que o tributo está calculado a maior e, conseqüentemente, todos os seus consectários (multa e juros).

E importante explicar que o pagamento total da Reclamação Trabalhista, efetuado pela CDC ao SINDEPOR, em decorrência do Termo de Acordo celebrado no TRT, se deu através dos cheques 097544-3, 097543-1 e 097642-3 sacados contra o Banco do Brasil S/A, agência 1702-7 (Doc. 01), cada um no valor de R\$ 3.170,689,39 (...), perfazendo a quantia de R\$ 9.512.068,17 (...).

Segundo consta no Relato Fiscal o Sindicato não apresentou em sua resposta a comprovação dos valores repassados aos litigantes que integraram a Reclamação Trabalhista,

É inaceitável o conformismo da Receita Federal com o silêncio do Sindicato em prestar todos os esclarecimentos acerca da diferença retida por aquela entidade,

vez que aquela quantia não pode compor a base de cálculo do tributo, pela singela razão de não ter sido recebida pelo (a) autuado (a),

Como é costumeiro saber, o ônus da prova é de quem alega, porém, uma vez apresentada uma negativa de fato imputado, o ônus da prova se inverte e cumpre a autoridade administrativa adotar todas as providências que o caso requer para que a verdade material apareça e não se cometam injustiças.

A Receita Federal possui os meios legais para investigar quem foi o real beneficiário dessa diferença. Consta inclusive no RIR (Decreto 3000/99) expresse comando nesse sentido;

"Art 720. As caixas, associações e organizações sindicais, que interfiram no pagamento de remuneração aos trabalhadores de que trata o art. 43, inciso XIII, alínea "e", são responsáveis pelo desconto do imposto previsto no art. 620 e **estão obrigadas a prestar às autoridades fiscais todos os esclarecimentos ou informações, como representantes das fontes pagadoras dos rendimentos (Lei nº 4357 de 16 de julho de 1964, art 16, parágrafo único) ''**.(negritos nossos)

O(a) autuado(o) é que não pode ser compelido(a) a recolher tributo por parcela que não recebeu.

Segundo a legislação que regula a matéria, todas despesas com a ação judicial necessárias ao recebimento dos rendimentos, inclusive com advogados, pode ser abatida da base de cálculo. O dispositivo legal que assegura a dedução possui o seguinte texto:

"Art 640

A fiscalização, apesar de conhecer esse comando, a seu alvedrio, deixou de deduzir a parcela não repassada pelo sindicato, ensejando a revisão do presente lançamento fiscal,

DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO ANTE A SUA QUITAÇÃO

Independentemente as diferença existente entre os valores repassados pela CDC ao SINDEPOR e do SINDEPOR aos funcionários que integraram a Reclamação de 351/96, a Cia Docas do Ceará, sendo detentora de créditos fiscais junto à União Federal e, movida pela responsabilidade objetiva decorrente do equívoco nas informações prestadas a seus colaboradores, houve por bem quitar o IRRF através de três PERD/COMPs, evitando assim danos a seus colaboradores (Does, 02, 03, 04 e 05).

O débito compensado correspondeu a 27,5% (vinte e sete meio por cento) sobre os valores integrais repassados ao Sindicato (Substituto processual), acrescido de multa moratória e taxa de juros SELIC acumulada (de 11/07/2001 até 28/12/2006).

A minuta do Darf demonstra, analiticamente, os valores quitados:

Principal 2.615.818,75

Multa 523.163,75

Juros SELIC 2.429.834,03 5.568.816,53

O(a) autuado(a) aduz que com tal procedimento, o Valor Principal exigido no presente Auto encontra-se plenamente satisfeito, bem como os respectivos juros SELIC incidentes sobre a exação.

Os cofres federais nenhum prejuízo sofreram, vez que o sistema jurídico repele o BIS IN IDEM, restando, tão só, enfrentar a questão relativa a imposição da Multa de Ofício.

DO NÃO CABIMENTO DA MULTA DE OFÍCIO

É imprescindível frisar que, ao longo da lide trabalhista e ante a complexidade da natureza jurídica do denominado "adicional de risco", a CDC sempre entendeu que os valores cobrados na Reclamação eram verbas indenizatórias e, como tal, não alcançadas pela tributação do IR, cuja hipótese de incidência é delimitada pelo art. 43 do CTN, qual seja, "a aquisição...".

Alegava também, entre outros argumentos, que o art. 110 do CTN era taxativo ao dispor que a lei tributária "não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e forma de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias" (destaques).

A partir de tal entendimento, por sua conta e risco, a CDC deixou de incluir os valores pagos na Reclamatória Trabalhista, a título de "Adicional de Risco", como Rendimentos Tributáveis",

Tais considerações se fazem necessárias porque, no que se refere a multa de Ofício imposta pela zelosa autuante, o Conselho dos Contribuintes tem reiteradamente decidido que descabe tal exigência quando o erro decorre de culpa da fonte pagadora.

Com efeito, ao emitir o "Comprovante de Rendimentos Pagos e Creditados", a CDC deixou de incluir os valores pagos a título de "Adicional de Risco" como Rendimentos Tributáveis.

Por todo o exposto, REQUER:

Seja considerada insubsistente a presente autuação, face a quitação do Principal e dos Juros Acumulados SELIC, até 28.12.2006, pela fonte pagadora;

Seja relevada a multa de ofício, com vez o(a) autuado(a) foi induzido(a) erro escusável quanto à tributação e classificação dos rendimentos percebidos, a partir de informações prestadas pela fonte pagadora e, ainda, considerando-se o disposto no art. 112 do CTN (Doc. 06);

AD CA UTELAM, Requer:

Seja determinada uma diligência ao S1NDEPOR para se comprovar o valor efetivamente repassado para o(a) autuado(a), para fins de apuração correta da base de cálculo sobre a qual, em tese, se poderia exigir a cobrança do tributo, se não tivesse havido a quitação do crédito fiscal pela fonte pagadora.

O deferimento de todos os meios de prova previstos em direito, principalmente, a juntada posterior de documentos.

Para corroborar seu entendimento relativamente à aplicação da multa de ofício a contribuinte citou Acórdãos do Conselho de Contribuintes que tratam da matéria.

E o relatório.

O acórdão de piso restou ementado nos seguintes termos:

ERRO NA CLASSIFICAÇÃO DOS RENDIMENTOS.

A apuração pelo Fisco de rendimentos tributáveis, informados erroneamente na Declaração como rendimentos isentos, caracteriza o ilícito fiscal, e justifica o lançamento de ofício.

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.

A responsabilidade da fonte pagadora pela retenção na fonte e recolhimento do tributo não exclui a responsabilidade do beneficiário do respectivo rendimento, no que tange ao oferecimento desse rendimento à tributação em sua declaração de ajuste anual.

MULTA DE OFÍCIO

Cabível a aplicação da multa de ofício de 75% nos casos de lançamento de ofício quando constatada inexatidão na declaração.

ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

DECISÕES ADMINISTRATIVAS. EFEITOS.

As decisões administrativas não se constituem em normas gerais, razão pela qual seus julgados não se aproveitam em relação a qualquer outra ocorrência, senão aquela, objeto da decisão.

Intimada da referida decisão em 19/04/2010 (fl.119), a contribuinte apresentou recurso voluntário em 30/04/2010 (fls.120/124), alegando, em síntese, que:

A decisão recorrida deixou de considerar na apuração do Imposto a pagar a quantia correspondente à retenção de Imposto de Renda efetuada pela fonte pagadora de forma global para todos os beneficiários constantes da ação trabalhista.

A autoridade julgadora deixou de considerar o valor de R\$ 9.309,08, já informados como retidos na fonte decorrentes de outros rendimentos. Como a Companhia Docas do Ceará recolheu a importância suplementar de R\$ 26.752,67 (27,5% de R\$ 97.282,43), somando-se se chega ao valor de R\$ 36.061,75, quantia superior ao imposto a pagar apurado na decisão recorrida.

É incabível a aplicação de multa de ofício, eis que a conduta da fonte pagadora culminou em induzir a erro a contribuinte.

Por fim, requer a reforma da decisão de primeira instância, haja vista que a Companhia Docas do Ceará quitou o recolhimento devido pela contribuinte através de compensação.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Daniel Melo Mendes Bezerra, Relator.

Admissibilidade

O Recurso Voluntário é tempestivo e preenche aos demais requisitos de admissibilidade, devendo, pois, ser conhecido.

Do mérito

De acordo com o petítório de fls. 56/62, a fonte pagadora dos rendimentos da contribuinte (Companhia Docas do Ceará) informou à Justiça do Trabalho que os valores pagos aos seus ex-funcionários correspondiam a verbas de natureza indenizatória, portanto, não incidindo contribuição previdenciária e imposto sobre a renda.

Todavia, infere-se da decisão judicial que os substituídos receberam adicional de risco no percentual de 40% (quarenta por cento). O adicional de risco ou adicional de periculosidade, independentemente da nomenclatura recebida, é renda oriunda do produto do trabalho e, portanto, ajusta-se ao campo de incidência do Imposto de Renda, não havendo, de outro lado, previsão de isenção na legislação que rege a matéria.

Assim, a contribuinte não sofreu a retenção do Imposto sobre a Renda, tendo a Companhia Docas do Ceará se omitido quanto à referida obrigação. Todavia, a responsabilidade da fonte pagadora pela retenção na fonte e recolhimento do tributo não exclui a responsabilidade do beneficiário do respectivo rendimento, no que tange ao oferecimento desse rendimento à tributação em sua declaração de ajuste anual (art. 722, RIR/1999).

Em um primeiro esforço argumentativo, assinalou a contribuinte que a fonte pagadora não efetuou a retenção na fonte por se tratarem de rendimentos isentos e não tributáveis. Posteriormente, assevera que a Companhia Docas do Ceará efetuou todos os recolhimentos dos beneficiários da decisão judicial através de PER/DCOMP.

Entretanto, não há prova nos autos que vincule o PERD/DCOMP de fls.93/95 ao recolhimento de Imposto sobre a Renda dos rendimentos recebidos na prefalada ação trabalhista. Não é exaustivo mencionar que os valores não foram sequer retidos, uma vez que havia o entendimento de que não se tratavam de verbas de natureza salarial, mas sim indenizatórias.

Em relação ao questionamento da recorrente de que a autoridade julgadora deixou de considerar o imposto pago na Declaração de Ajuste Anual de 20002, no valor de R\$ 9.309,08, entendo que lhe assiste razão.

Assim sendo, deve ser reformada a decisão recorrida para declarar como devido o saldo de imposto a pagar na importância de R\$ 24.588,33 (vinte e quatro mil, quinhentos e oitenta e oito reais e trinta e três centavos).

Da multa de ofício

A multa de ofício deverá ser mantida. Não houve a caracterização de erro escusável por parte da contribuinte que justifique o afastamento da multa de ofício.

Como dito alhures, o adicional de risco ou adicional de periculosidade, independentemente da nomenclatura recebida, é renda oriunda do produto do trabalho e, portanto, ajusta-se ao campo de incidência do Imposto de Renda, não havendo, de outro lado, previsão de isenção na legislação que rege a matéria.

Deste modo, deveria a contribuinte ter oferecido os rendimentos à tributação. Em não o fazendo, deverá arcar com o ônus da multa de ofício, a teor do que estabelece o art. 44, I, da Lei nº 9.430/1996.

Sem razão a recorrente.

Conclusão

Diante de todo o exposto, voto por conhecer do recurso voluntário, para dar-lhe parcial provimento no sentido declarar devido o imposto no montante de R\$ 24.588,33.

(documento assinado digitalmente)

Daniel Melo Mendes Bezerra